

ACTA Nº. 9

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 16-12-10

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dez, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado por **Fernando José Guia Barbosa** e **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. --

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

António Isidro das Neves Ferreira Marques, Manuel Mesquita Domingues, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e Jaime Manuel Palha Costa. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Luis Filipe Dias Grácio, Maria de Fátima Conde Búzio e Henrique dos Reis Leal. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal: -----

José Maria Lopes Terra. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, colocando a acta número oito à discussão e votação.

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO OITO -----

A acta número oito foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e uma abstenção do Partido Social Democrata, por não se encontrar presente na referida sessão. -----

Continuando no uso da palavra a Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Aproveito para pedir aos senhores deputados, que relativamente às intervenções escritas ou às declarações de voto, se possível e por uma questão de qualidade do discurso que vai elaborado na acta, que posteriormente as possam chegar aos serviços da Assembleia,

para que a qualidade das nossas actas não seja questionável, porque às vezes a leitura da gravação é difícil. -----

Tenho na minha posse uma moção remetida pelo Partido Social Democrata e tenho a indicação que há também um documento que, por qualquer problema do correio electrónico não nos chegou ainda, mas que está a ser fotocopiado com origem do Bloco de Esquerda e que será distribuído a todos os deputados, pelo que, passava a palavra ao Partido Social Democrata para apresentar a moção.” -----

MOÇÃO -----

Recentemente o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas reuniu com alguns dos Presidentes das Câmaras Municipais da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e com eles percorreu as “vias alternativas” à A23 entre o nó de Torres Novas e o nó de Abrantes, tendo verificado que tais vias não constituem qualquer alternativa consistente, uma vez que todas estas foram transformadas em artérias urbanas com medidas de acalmia de tráfego, tais com rotundas, semáforos, passadeiras para peões, passeios e, assim, perderam a sua função de estrada nacional e consequente de alternativa de circulação à A23.-----

O desvio inevitável de parte do tráfego da A23 (que segundo a SCUTVIAS se cifra em cerca de 10.700 veículos por dia, 1400 dos quais pesados) para as estradas municipais dos diversos concelhos por esta atravessados, resultará numa também inevitável perda de qualidade de vida e de segurança dos seus munícipes, bem como da degradação das referidas estradas. A exemplo do que aconteceu recentemente aquando da inclusão da cobrança de portagens nas SCUT’s do Norte do País, as intermináveis filas de trânsito dentro dos municípios passarão a ser uma constante! -----

Foi também referido ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas que o troço da A23, entre a saída da A1 no nó de Torres Novas e o nó de Abrantes, não foi construído por qualquer concessionário privado, sendo a sua conservação e manutenção da responsabilidade de uma empresa pública, neste caso a Estradas de Portugal.-----

Apesar de ser confrontado com tal realidade, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas transmitiu aos presentes que a colocação de pórticos e a respectiva cobrança de portagens era um facto inevitável (!), o que mais tarde foi corroborado pela entrevista do Director Geral da empresa SCUTVIAS, Levi Ramalho, ao anunciar a colocação de 3 pórticos entre Torres Novas e Abrantes Oeste a partir de Janeiro de 2011, e a respectiva cobrança a iniciar-se a 15 de Abril. -----

Conclui-se assim que a implementação de portagens neste troço da A23 constituirá um acto político inaceitável do Governo do Partido Socialista! O total autismo patenteado pelo Governo neste caso só servirá para agravar ainda mais a já débil situação económico-social de muitos agregados familiares, bem como das muitas empresas já de si sobrecarregadas de encargos e pelos inúmeros impostos e taxas. -----

Não existe qualquer justificação técnica para a cobrança de portagens neste troço da A23! -----

Existe, isso sim, a vontade de estender uma concessão a uma entidade privada, com o objectivo único de arrecadação de receita extra, para equilibrar as débeis e evitáveis contas de um modelo de parceria público privada que tem como consequência a despesa de 700 milhões de euros por ano, paga por todos os contribuintes. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida a 16.12.2010, delibera: ----
. Repudiar e rejeitar, veementemente, a introdução de portagens no troço da A23 entre o quilómetro 0 (nó da A1 na Videla) e o quilómetro 38 (nó de Abrantes Oeste). -----

Referiu **Rui Gonçalves**: “ A moção é clara, o tema é recorrente, temos aqui uma série de factos que vieram ao lume durante este mês, nomeadamente a questão das declarações do senhor Levi Ramalho, que é o Director Geral da Empresa SCUTVIAS, que afirma que os pórticos serão para ser colocados a partir de Janeiro. -----

Três pórticos entre Torres Novas e Abrantes Oeste e os restantes treze a partir dali para cima até à Guarda. -----

A justificação não é plausível no nosso entender, portajar nomeadamente o troço à saída da A1 até Abrantes Oeste, que se considerava e considera como classificada como IP6 no site das Estradas de Portugal, este troço não fazia parte da concessão da SCUTVIAS, e o que o governo está a tentar fazer, é o alargamento de uma concessão sem qualquer justificação, são as populações que ficam prejudicados, são os concelhos que ficam prejudicados e portanto, a única conclusão que tiramos disto é repudiar e rejeitar veementemente a introdução de portagens na A23.” -----

Prosseguiu **Célia Leal**: “ A bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta moção na defesa dos interesses dos municípios, que assim deve votar.” -----

Continuou **Henrique Leal**: “ Nós vamos também votar favoravelmente esta moção, aliás, já aqui dissemos várias vezes que temos que indo insistindo nesta temática até conseguirmos levar a água ao nosso moinho. -----

Estive a ler a moção e continuo a pensar que nós devíamos ir um pouco mais longe, não nos devíamos ficar apenas pelo repudiar e manifestar a nossa disponibilidade para tomar outras posições para discutir, para negociar alternativas, devíamos tentar ir um pouco mais longe do que ficarmos por aqui a repudiar, na Câmara na Assembleia Inter-municipal do Médio Tejo. -----

Penso que era importante que nós tivéssemos mais alguns argumentos, objectivos, do que ficarmos por aqui a repudiar. -----

Há uma palavra que me parece que poderia ser com vantagem substituída e que diz: “*Existe, isso sim, a vontade de estender uma concessão a um ente privado....*”, perdoem-me o arrojo, mas acho que ficava melhor “*a uma entidade privada.*” -----

De qualquer maneira, estamos de acordo e vamos votar a favor. “ -----

Mário Eugénio referiu: “ Estamos de acordo com as últimas palavras do Henrique Leal. -----

Esta moção de facto devia ter ido um pouco mais longe na forma como aborda esta temática, ou seja, julgo que esta moção é um tanto ou quanto redutora porque trata fundamentalmente os congestionamentos que vai provocar entre a A1 e o nó de Abrantes Oeste e julgo que vão ficar de fora reais necessidades que outras populações têm, nomeadamente zonas além Abrantes. -----

Nós estamos a limitar, estamos a reduzir a nossa manifestação de desagrado e da necessidade de rever esta matéria, mas com uma preocupação centrada na zona até Abrantes e achamos que isso é pouco.” -----

Pedi a palavra **Henrique Leal**: “ Era só para informar a Assembleia que acabei de saber há pouco tempo, que o Deputado do Bloco de Esquerda José Gusmão, enviou uma carta aos outros Deputados do distrito a propor uma posição concertada sobre o assunto e aguardamos a todo o momento uma resposta e já agora, convidávamos os outros membros desta Assembleia fazerem junto dos seus conhecimentos políticos, as demarches necessárias para que esta questão não ande aqui a arrastar-se em moções e posições em Assembleias, mas que de facto, haja alguma luz ao fundo do túnel. -----

Janeiro está aproximar-se, parece que já estão a instalar os pórticos na A23 e um dia destes vamos acordar com as portagens em funcionamento.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “Aguardamos também a resposta dos diversos Grupos Parlamentares, do Ministério das Obras Públicas e do Senhor Primeiro Ministro, relativamente a pedidos de audiência sobre esta matéria que lhe foram dirigidos no âmbito da Assembleia Inter-Municipal do Médio Tejo.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Era só um esclarecimento em relação à forma de como é que se processa o pagamento.” -----

Quem vai fazer a cobrança nas auto-estradas é o Instituto das Estradas de Portugal, que depois com esse dinheiro, vai pagar as diversas concessões, que não haja dúvidas em relação a isto, não são as concessões que vão explorar as portagens.” -----

Seguidamente a Senhora **Presidente da Assembleia**, colocou à votação a moção, com a introdução da alteração apresentada por Henrique Leal. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

A Coligação Democrática Unitária apresentou a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

“A introdução de portagens nas actuais SCUTs corresponde à intenção política de direita de introduzir o princípio de “utilizador pagador”. Uma vontade de consenso partilhada pelo PS e pelo PSD em torno dos documentos sucessivos dos PEC e do Orçamento de Estado para 2011. É nossa convicção que só a unidade de todos os utentes das SCUTs pode contrariar esta obsessão lesa interior e geradora de mais assimetrias regionais e sub-regionais.” -----

Criticamos esta moção no que respeita à proposta de abrangência territorial, por ficarem de fora parte do concelho de Abrantes (Mouriscas), parte do norte do distrito (Abrantes e Mação), o percurso mais interior da A23 e as outras SCUTs que já estão a pagar e ainda outras cuja intenção é serem portajadas. -----

Apesar disso, votamos favoravelmente o documento por, aparentemente, defender os interesses dos entroncamentenses, apesar de nos mostrar um efectivo exercício de cinismo, e, sobretudo pela possibilidade, mesmo que remota, de se abrir uma brecha nas intenções das políticas anti-sociais de direita.” -----

Passou-se de seguida à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

MOÇÃO -----

A Estação de Caminhos de Ferro do Entroncamento é uma das maiores e mais importantes estações da nossa rede ferroviária. Aqui entroncam as linhas do Norte, da Beira Baixa, do Leste e ainda o Ramal de Tomar, assegurando o transbordo a passageiros de todo o País. Mas, além de constituir um importante nó do tráfego ferroviário nacional, é a mais importante estação do Médio Tejo, por aqui fluindo largos milhares de passageiros, em movimentos pendulares, quer para Lisboa, quer para outros destinos. -----
Por outro lado, em resultado desta centralidade e acessibilidade, têm vindo a implantar-se plataformas logísticas nas suas imediações, a última das quais, também com acesso ferroviário. -----

Além da importância nodal da estação de passageiros, o Entroncamento é sede da maior empresa de manutenção de material ferroviário, a EMEF, aqui se localizando também o seu maior parque oficial, onde ainda laboram algumas centenas de trabalhadores, vindos diariamente de uma região muito alargada. -----

No entanto, apesar das pesadas exigências a que esta infra-estrutura tem de responder, a estação do Entroncamento há muito que aguarda obras de requalificação e modernização que garantam a renovação de equipamentos e melhorem o conforto e a informação dos

passageiros. Sobretudo, impõem-se obras que assegurem condições de segurança compatíveis com as exigências da ferrovia do nosso tempo. -----

As onze linhas da estação do Entroncamento são atravessadas livremente pelos passageiros mas os mecanismos de sinalização são escassos ou inexistentes. Mantêm-se, aliás, os mesmos há largas décadas, quando havia muito menos circulação e passageiros. Nos últimos tempos, só a vigilância dos trabalhadores da estação tem impedido acidentes graves. -----

Recentemente, comissões da Câmara e da Assembleia Municipal, empreenderam diligências no sentido de desbloquear a resolução deste e doutros problemas com que nos debatemos. As respostas foram as de que não há verbas, que se aguarda o desenvolvimento de estudos e planos... -----

Recentemente também, os deputados José Gusmão e Heitor de Sousa, do Bloco de Esquerda, questionaram o ministro das Obras Públicas acerca dos problemas em apreço, nomeadamente sobre a urgente necessidade de requalificação da estação ferroviária do Entroncamento. As respostas foram igualmente esclarecedoras: não há vontade política para satisfazer os justos anseios das populações que representamos. -----

Determinado em ultrapassar estes bloqueios e no âmbito da discussão e aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE), o Bloco de Esquerda propôs na Assembleia da República a inclusão de 1.500.000 euros no PIDDAC, para o projecto e execução de uma passagem desnivelada para peões, na estação do Entroncamento. -----

Pese embora a evidente justeza desta proposta, bem como a sua natural abrangência política, a maioria que suporta o governo inviabilizou-a. Os deputados do maior partido da oposição – que em conjunto com a restante oposição teriam força para viabilizar a proposta - abstiveram-se. -----

Desta forma, mais uma vez vemos adiada a resolução de um grave problema e continua ameaçada a segurança de pessoas e bens na estação do Entroncamento. -----

Em consequência, na defesa dos cidadãos e cidadãs do concelho, a Assembleia Municipal do **Entroncamento manifesta o seu desagrado e reprovação pelo sucessivo protelamento de obras com vista à melhoria da segurança na estação ferroviária do Entroncamento e pela recente reprovação, pela Assembleia da República, da dotação financeira que permitiria, a curto prazo, a sua execução.** -----

Foi concedida a palavra a **Henrique Leal**: “ De facto, esta é outra questão que se arrasta há muitos anos, temos tomado várias posições, inclusive esta Assembleia tem feito algumas demarches no sentido de resolver este problema, há uns anos até se formou uma associação que se chamava a “Plataforma” e tinha como principal objectivo lutar e procurar caminhos para resolver este problema, o que é facto, em cada dia que passa, os problemas vão-se avolumando e a nossa estação está como estava há trinta, quarenta anos. -----

Ao ler as respostas das demarches que têm sido feitas, nomeadamente pelos nossos deputados na Assembleia da República, quase que dá vontade de rir, se não fosse uma questão tão séria e grave, quase daria vontade de sorrirmos visto que a segurança é garantida pelos avisos sonoros que são emitidos três vezes antes da chegada dos comboios, é um bocado anedótico estar aqui a citar isto, mas não resisti de facto. -----

Por esta razão, nós apresentamos aqui esta moção que nos parece suficientemente esclarecedora ou fundamentada para não necessitarmos de opinar muito mais sobre o assunto. -----

Um dos últimos antecedentes que citamos, que é dizer que no âmbito do PIDDAC deste ano, o Bloco de Esquerda propôs na Assembleia da República a inclusão de um milhão e quinhentos mil euros para um projecto e execução de uma passagem desnivelada para peões na estação do Entroncamento. Aliás, também propôs uma verba para a nossa Biblioteca e Esquadra da PSP. -----

Todas estas propostas directamente encaminhadas ao Entroncamento, foram inviabilizadas em sede de orçamento de estado com o voto contra do Partido Socialista e com a abstenção do Partido Social Democrata como sabemos, negociou a aprovação do orçamento e portanto, para poder viabilizar o orçamento não pode votar estas propostas, o que lamentamos. -----

Também aproveitava para dizer, assim como nós gostamos de informar a Assembleia acerca do trabalho que os nossos deputados fazem em prol do distrito e trazemos aqui essa informação, também gostaríamos de saber dos outros partidos, o que é que os deputados do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Centro Democrático Social, que propostas é que tinham apresentado em sede de PIDDAC para este ano, para o nosso distrito e para o nosso concelho e quais tinham sido os caminhos que estas propostas tinham levado.-----

Era interessante termos esta informação toda com transparência em cima da mesa, para depois podermos ajuizar e tomar posições mais consentâneas e mais consertadas sobre estas matérias.” -----

Prosseguiu **Rui Gonçalves**: “ Vou um bocado mais longe da moção e relembro a reunião que tivemos com a REFER há pouco tempo, e o que nos foi dito na altura, a única obra que estava para ser planeada e executada era a segurança, mas era a segurança do material ferroviário, não era a segurança das pessoas. -----

Foi-nos dito que ia ser feito um estudo, mais um, continuamos com os estudos e andamos há cinquenta anos com os estudos. -----
Infelizmente é a realidade que se assiste, foi-nos dito aquilo que já sabíamos, que só duas estações da linha da Beira-Baixa é que não foram remodeladas, foi a nossa e outra e realmente não percebemos, que a REFER com uma estação desta importância, com doze linhas dificilmente conheço outra com esta dimensão, não é remodelada o que é incompreensível.-----

Aquela reunião a certa altura pareceu surreal, parecia que estávamos a falar de coisas completamente divergentes, nós falávamos na segurança dos passageiros, eles falavam na segurança do material ferroviário.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Em relação ao repto que foi lançado pelo Bloco de Esquerda, a Coligação Democrática Unitária, a nível destas questões tem dado o exemplo na Câmara há muitos anos em levantar as questões de interesse do Município na Assembleia da República. -----

Em concreto em relação às diversas propostas que o Partido Comunista Português e os VERDES, fizeram na Assembleia da República nesta questão da supressão da passagem de nível da linha do norte, nós fizemos uma proposta concreta na Assembleia da República, que foi votada favoravelmente pelos VERDES, pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista Português, abstiveram-se o Partido Social Democrata e o Centro Democrático Social, votaram contra o Partido Socialista. -----

Sei também e foi-me pedido por parte dos VERDES, que comunicasse à Assembleia o seguinte: Os VERDES questionaram o Governo sobre a situação do projecto e a supressão desta passagem.” -----

Não havendo mais intervenções sobre a moção a **Presidente da Assembleia** coloco-a à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Interveio **António Ferreira**: “ Para além desta questão que foi levantada agora, relembro aqui que o Partido Comunista Português na Assembleia da República, fez quatro propostas para o concelho, o reforço da verba para o Museu Nacional Ferroviário, uma verba para a Esquadra da PSP, uma verba para a supressão da passagem de nível da linha do Leste e a remodelação da estação do Entroncamento, o sentido de voto foi aquele que disse anteriormente. -----

O executivo pediu audiências aos diversos grupos parlamentares para expor estes problemas, acontece que só houve dois deputados do distrito que votaram favoravelmente estas propostas, nomeadamente as duas questões mais importantes que era a remodelação da estação e da supressão da passagem de nível do Leste que urge resolver. -----

Nós podemos vir para a comunicação social dizer que estamos interessados em resolver os problemas, mas depois não temos força perante os nossos eleitos pelo círculo de Santarém, de resolver este problema. -----

Uma coisa que é extremamente urgente para a nossa região e para muita gente do Entroncamento, que é a ponte ferroviária e rodoviária entre Constância e Vila Nova da Barquinha, essa questão não foi contemplada em PIDDAC e hoje ainda estão por resolver uma série de questões entre as diversas entidades envolvidas no projecto. -----

No âmbito ainda destas questões, o Partido Comunista Português fez na Assembleia da República propostas no sentido da alteração da Lei número quarenta e dois, do Orçamento de Estado para dois mil e onze e essas propostas vão no sentido, o documento é muito extenso e vou só levantar algumas questões: -----

O recrutamento de trabalhadores das autarquias em situação de desequilíbrio financeiro ou de rotura financeira. -----

Os montantes da participação das autarquias locais nos impostos do estado, que foram cortados o ano passado a meio do ano e sofreram um novo corte agora com o Orçamento de Estado. -----

A renumeração dos eleitos das Juntas de Freguesia. -----

A descentralização de competências para os municípios, no domínio da educação. -----

Alteração na área metropolitana e associação de municípios, no sentido do reforço das verbas para essas associações. -----

A retenção dos fundos municipais. -----

O endividamento municipal em dois mil e onze. -----

A redução de transferência por incumprimento do limite de endividamento líquido. -----

Os limites de endividamento dos municípios. -----

A repartição da conta corrente e receita de capitais. -----

Entre alguns, o reordenamento da rede escolar, os sistemas particulares de protecção social e de cuidados de saúde, a avaliação excepcional dos prédios urbanos, ou seja, aquilo que nós temos visto em termos de IMI, há necessidade urgente de implementar isto, o prazo está a prescrever que era de dez anos. As transferências das autarquias locais para o orçamento do serviço nacional de saúde, as dívidas do estado aos municípios e em conjunto com estas medidas que o Partido Comunista Português propôs alterar no Orçamento de Estado e conjunto com isto, ia um envelope de contrapartidas em termos de receitas. -----

Nós quando fazemos propostas, ou para o município do Entroncamento, ou outra questão qualquer, colocamos sempre um envelope com um conjunto de medidas para

obter receitas para balançar o Orçamento de Estado, não fazemos propostas de forma irresponsável. -----

Não havendo pedidos de intervenção da parte do público presente, entrou-se de imediato na ordem dos trabalhos. -----

-----ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM -----

TOMADA DE POSSE DOS ELEMENTOS EM FALTA NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO. -----

Após a leitura da acta avulsa e de todos os trâmites legais da tomada de posse, a Senhora **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Passou-se de seguida ao ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

ORÇAMENTO PARA 2011 E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2011-2014, BEM COMO DOS MAPAS DE PESSOAL E DA OPÇÃO GESTIONÁRIA PARA 2011. -----

Interveio **Luis Grácio**: “ Da análise dos documentos previsionais cuja apreciação aqui fazemos hoje assinalamos alguns traços marcantes, sublinhados, aliás, na apreciação feita pelo Bloco de Esquerda na reunião do executivo municipal, a saber: ---

- As receitas de cobrança de impostos directos assentam nos máximos admissíveis, quer no IMI, quer na derrama; -----
- Verifica-se alguma contenção das despesas correntes, mas esta deve-se essencialmente à redução dos encargos com pessoal, fruto dos cortes aos rendimentos dos funcionários públicos promovidos pelo PEC aprovado por PS e PSD. No fundo, os funcionários da autarquia é que vão pagar o grosso dos cortes nas transferências do Orçamento Geral do Estado para os cofres municipais; -----
- Continua a não ser assumida concretização de vários investimentos estruturantes, nem no próximo ano, nem no horizonte do PPI; -----
- O forte investimento em espaços verdes resulta da fortíssima concentração de investimento no Parque do Bonito; -----
- Continua o forte investimento no parque desportivo (mais uma vez o Bonito) e no parque escolar, aqui como resultado das orientações estratégicas que ultrapassam o município; -----
- Reitera-se a menorização da actividade cultural e do apoio aos criadores, e à criação de públicos, bem como dos equipamentos que permitem o seu exercício; -----

Destas orientações genéricas resulta um conjunto de aspectos de que, muito sucintamente, destacamos. -----

Investimentos em **habitação social** praticamente não há, é claro o propósito de nunca fazer qualquer intervenção de fundo no **Bairro Frederico Ulrich**. Com mais ou menos obras de conservação, assume-se a adequação daquelas habitações minúsculas à vida actual. Dos problemas sociais, urbanísticos e económicos lá existentes não há sombra nestes documentos nem, consequentemente, se vislumbra qualquer iniciativa que comece a atacá-los pela raiz. -----

A nova **Biblioteca** é outro engano, anos a fio contemplada com 1 euro, unicamente para manter a rubrica aberta, talvez na tentativa de com isso ir calando as expectativas optimistas dos mais crédulos. É claro que o PSD não quer uma nova Biblioteca para o Entroncamento, embora lhe dedique aquela triste linha nas Opções do Plano. -----

Já quanto à **Casa da Juventude** o discurso do PSD é claro. Recuperando a expressão usada na Câmara, é apenas vista como um potencial foco de doutrinação “bloquista”,

fantasma a exorcizar e de que o melhor é nem falar. A Casa da Juventude nem merece a triste linha das promessas adiadas... -----

O **Mercado Municipal**, o futuro fórum de que falava o PSD durante a campanha eleitoral é contemplado em 2011 por uma verba ainda mais baixa do que em 2010, para o qual estavam previstos 80 mil euros. São montantes muito pequenos para pequenas obras de conservação, algumas já em curso. -----

Outro aspecto estruturante “congelado”, apesar de cada vez mais se afigurar essencial uma intervenção a diversos níveis, nesta zona central da cidade. -----

Discordamos da construção do **Parque de Estacionamento para Pesados**, dentro do tecido urbano. É certo que a sua dotação baixou de 15 mil para 5 mil euros, mas continua no plano das intenções. -----

Por outro lado, prossegue o investimento na **rede aberta multi-serviços**, um projecto que sempre nos levantou as maiores reservas, que o Bloco de Esquerda oportunamente vem colocando, quer aqui, quer na Câmara Municipal. -----

Assim como prossegue o investimento na **Escola de Trânsito**, outra obra a que nos opusemos. Mas, já que está construída, deveria estar ao serviço. -----

A **revisão do PDM** continua sem fim à vista. Pelo menos, em plano... Mas isso já aconteceu várias vezes e o resultado é o que sabe, ou seja nenhum. O senhor Presidente da Câmara adiantou na Câmara algumas explicações para esses sucessivos adiamentos e assumiu o compromisso de que desta é que seria. O problema é que, se bem nos lembramos, esta já é a quarta explicação diferente e o facto é que, ano após ano, se vai adiando o que há muito deveria estar concluído. -----

Como dissemos, logo a abrir a nossa intervenção, está previsto um investimento forte em espaços verdes. O problema é que esse investimento está demasiado concentrado no **Parque do Bonito** e, em muito menor grau, no **Jardim Pereira Caldas**. -----

Em contrapartida, persiste a desatenção com muitos **espaços intersticiais** dentro do tecido urbano, ou pavimentados com inertes (acentuando a aridez do betão) ou, pura e simplesmente, abandonados. Veja-se o que acontece com o Jardim do Bairro da Liberdade, ou com o Largo sito Casal Saldanha entre a Rua Isabel Falcão Trigo e a Rua cidade de Penafiel, e ainda com o espaço junto ao quiosque da Rua Henrique Gomes da Silva, entre outros... Pelo que vemos nestes documentos previsionais, essa linha errada será para prosseguir. -----

Registamos a nossa preocupação com o estado a que se chegou, de falta de espaços para a actividade cultural. -----

A requalificação e reafecção de usos do **Centro Cultural** suscitam-nos as maiores reservas, pela subalternização das valências culturais, em detrimento do comércio e do entretenimento. -----

Está inscrita em Orçamento a recuperação do **Cine-Teatro S. João**. Ora nem a recuperação tem ainda projecto, nem foi candidatada aos fundos comunitários. Concordamos com a inscrição da recuperação do S. João em Orçamento, agora para 2011. O problema é que já no ano passado havia inscrita uma verba para este ano, mas nada se fez... -----

O ocorrido com a revisão do PDM justifica os nossos receios de estarmos perante uma reedição de uma prática comum no PSD: “quando queremos fazemos”; “quando não queremos fazer, mas não temos explicações para isso”, vamos inscrevendo no Plano e, depois, logo se vê... -----

As **manifestações culturais** inscritas nas Actividades mais Relevantes assentam sobretudo na promoção de grandes eventos. -----

Aliás, num quadro geral de contenção de despesas, registamos uma subida da dotação para a **Gala do Carril Dourado**, de 26 mil para 30 mil euros. E uma **Feira Ferroviária recebe 99 mil euros**, oito vezes mais do que a verba para apoio social às famílias. -----
Ano após ano, insistimos em vão “que se deveria promover o investimento na **eficiência energética dos espaços municipais**, como factor de poupança e um exemplo para a comunidade.” -----

Este ano lá aparece inscrita no Orçamento para 2011 uma verba global superior a 300 mil euros para intervenção na Iluminação Pública e nas Infra-estruturas Eléctricas, provavelmente para poupança energética. -----

Na reunião da Câmara Municipal, quando se discutiram estes documentos, o Senhor Presidente da Câmara garantiu que em 2011 é que iriam finalmente ser feitas as auditorias energéticas aos edifícios municipais, há muito aprovadas (de resto, até por proposta nossa). O certo é que do Plano nada se infere e, nesse caso, as verbas deveriam aparecer inscritas nas Actividades Mais Relevantes. E não estão! -----

Também nós “registamos a opção pela continuidade dos fortes investimentos no **ensino**, com a construção do novo Centro Escolar Norte, a construção da Escola Básica do 1º ciclo e JI Sul e a Requalificação e Ampliação da EB Nº 1 e JI. Assim como a continuidade de investimentos nas **infra-estruturas** desportivas e na **rede viária**.” -----

O que se evidencia da análise destes documentos é que temos diferentes visões e diferentes prioridades para o desenvolvimento da nossa cidade. Posto isto, votaremos contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano.” -----

Prosseguiu **Manuel Domingues**: “Em relação a este documento queremos referir o seguinte: -----

As verbas previstas como receitas e despesas de capital, em anos anteriores mereceram a nossa crítica por os considerarmos exagerados. -----

Verificamos que as mesmas verbas no presente orçamento ainda são superiores. –

Se em anos anteriores não foi possível obter as receitas previstas, no ano de 2011 atingir os valores, agora previstos, será de todo impossível. -----

Quando analisamos este orçamento e verificamos que estão previstas receitas e despesas no valor de 32.509.377 euros ou seja um acréscimo de 12,5% em relação a 2010, ficamos com a sensação de que a situação económica da autarquia, do país e do mundo não poderia ser melhor. -----

A verdade é que todos sabemos que não é essa a realidade. -----

A crise económica é bem real como todos sabemos e sentimos, por isso não podemos concordar com esta proposta de investimentos. -----

Num ano de crise como aquele que se avizinha deveria haver mais realismo na previsão das receitas e um maior cuidado na selecção dos investimentos. -----

Verificamos que as prioridades neste orçamento são a construção de novas escolas e os espaços verdes, ou seja, a criação de mais património. -----

Continuam fora das preocupações da Câmara a resolução do problema da ribeira de Santa Catarina, a recuperação ou remodelação do mercado diário, a recuperação de espaços verdes em algumas zonas residenciais ou a recuperação do Cine-Teatro São João. -----

Verificamos que esta última até vem referenciada no orçamento de 2011, mas, atendendo ao volume de dinheiro envolvido noutras obras já adjudicadas, muito dificilmente será possível a sua concretização. -----

Consideramos que quando as verbas disponíveis são poucas deveria ser dada prioridade à conservação e melhoria do património já existente e não a aumentá-lo. -----

Quanto à forma como o documento está elaborado queremos, como já em outras ocasiões fizemos, manifestar o nosso desagrado pelo facto de algumas rubricas não aparecerem discriminadas, de modo a tornarem a sua leitura mais fácil e esclarecedora. -

No capítulo 04-Resumo da Despesa por Classificação Económica, podemos ver que na rubrica "Aquisição de Serviços" com um valor de 3.444.341 euros são discriminadas verbas de 1.000 ou 2.000 euros mas depois aparece um valor de 1.597.551 euros, apenas, com a indicação de "outros serviços". -----

Podemos depois ver no capítulo 05 – Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano a discriminação de parte desta verba, cerca de metade, mas em relação à outra parte não sabemos a que se destina. -----

Pelo que foi dito, não podemos concordar com esta proposta de orçamento pelo que iremos votar contra." -----

Continuou **António Ferreira**: " Gostaria que o Orçamento fosse votado em separado, do mapa de pessoal e opção gestionária porque o nosso sentido de voto é diferente, quer para uma coisa, quer para a outra. -----

Em relação ao Orçamento, aquilo que nós dizemos é que continua com os velhos problemas de sempre, uma incapacidade enorme de gerar receitas próprias para investimento. -----

As receitas correntes são praticamente iguais às despesas correntes. -----

Para investimento nós temos que recorrer sempre ou a fundos comunitários, não temos nada contra antes pelo contrário, mas estamos também dependentes depois do mercado bancário, que neste momento não é fácil. -----

Este Orçamento assenta essencialmente na base do investimento que depende de factores externos à Câmara. -----

A máquina administrativa continua a gastar de mais e quem tem sido o suporte para isto neste momento, são os contribuintes de duas formas, quer através dos fundos que recebe das transferências do Estado Central, quer através dos impostos que cada vez são mais elevados, que nós havemos de ver na informação do Senhor Presidente. -----

O peso dos impostos neste momento é cada vez mais grave e nós na aprovação das taxas estivemos contra e portanto, isto é o principal instrumento para executar o Orçamento. -----

Nós não concordámos na altura naquelas elevadas taxas, que ano para ano verifica-se um aumento enorme em termos de receitas, sobretudo na área do direito à habitação da população do Entroncamento. -----

Não podemos concordar com esta carga sobre os agregados familiares, não só em termos de impostos como de vendas de bens e serviços, que só por si, estes dois tipos de receitas, são quarenta por cento de todas as receitas do município. -----

Este Orçamento segue ainda uma orientação do PEC, é evidente que os responsáveis disto é sobretudo a política e as orientações que vêm de cima, do Governo para que se compre aquilo que eles dizem. -----

Por outro lado, algumas rubricas estão com dotação insuficiente, todos os anos é assim e continua novamente, para balançar as receitas com as despesas corta-se nalgumas rubricas e espera-se que depois com o saldo de gestão, colocar mais alguns pós nessas rubricas, a exemplo da questão da água, quinhentos mil euros são muito insuficientes em relação àquilo que se paga pela água neste município. -----

Em relação às mercadorias para venda a situação é a mesma e outras rubricas. ----

Por outro lado, há uma série de rubricas que aparecem com "outras", compreendo que nalgumas rubricas que se coloque lá "outras" é uma almofada para aquele tipo de despesas, mas, nas despesas de classificação económica, há uma rubrica que já foi

referida, de um milhão e seiscentos mil euros, é uma rubrica muito elevada sem ser especificada. -----

No investimento ficámos surpreendidos pela estrutura entre despesa corrente e despesa de capital, embora nos pareça que há aqui mais olhos que barriga, mas também compreendemos que este salto em termos de dinheiros a fundo perdido do QREN, passou dos quarenta e tal para os oitenta por cento, não é de se rejeitar e é de se tentar aproveitar, convém é planear as coisas porque a gente sabe que não vamos conseguir cumprir aquilo nem de longe. -----

Ficam por satisfazer algumas preocupações, nas áreas do verde urbano, apresentámos aqui há dois anos uma listagem dos espaços verdes urbanos e de espaços que era necessário com alguma urgência intervir e de facto, esses espaços continuam no meio dos bairros sem haver intervenção. -----

Nós não tivemos problemas em termos de inundações, mas não podemos esquecer que os anos não são todos iguais e deve haver uma preocupação, os by passe não resolvem problema nenhum no Entroncamento, o que resolve é o desvio da Ribeira Santa Catarina e outra questão que é fundamental é a separação das águas residuais das águas pluviais. -----

Na área dos instrumentos de planeamento assistimos a isto, remodelações que foram feitas recentemente no PDM e a falta de verbas para implementação com alguma urgência da revisão do PDM. Há duas verbas, uma para este ano e outra para o ano, mas estava a pensar que o processo estava mais avançado e que isto recorresse com mais celeridade. -----

Por outro lado, há falta de verbas que nalgumas situações são preocupantes, o mercado neste momento sofreu alguma intervenção, mas no interior precisa de obras urgentes. -----

O Cine-Teatro São João continua com uma verba pequena, na questão cultural há que ter em conta esta situação. Nós gastamos algum dinheiro em festas, penso que mais importante que isso, é transformar as festas da cidade e algumas iniciativas nossas, no estímulo à criação cultural. -----

É necessário tirar algumas ilações daquilo que se tem feito no desporto, aquilo que se tem feito no desporto devia ser copiado também para a área cultural. -----

Na fase de redução de custos, a contenção de alguns serviços tem aumentado de ano para ano, os meios informativos de propaganda deviam ser revistos e as despesas com este sector deviam ser reduzidos. As questões da eco-eficiência energética, dos próprios equipamentos que temos nalguns serviços já antigos, que há necessidade de renovar, sei que já foi feita alguma coisa. Na questão da água também já foi feita alguma coisa, mas há necessidade também de implementar novos sistemas de utilização da água. -----

Não é de facto o nosso orçamento, não vamos votar favoravelmente. -----

Em relação ao outro ponto das necessidades do pessoal, vemos com alguma preocupação nesta altura, a redução do pessoal e a criação de emprego na Câmara, acho que devemos bater o pé ao governo central, até porque nalgumas áreas houve um aumento enorme com custos de pessoal, que não eram competências nossas até agora.” -

Interveio Rui Gonçalves: “ Fiquei surpreso por nenhuma das bancadas afirmar aqui o óbvio, este é o maior Orçamento de sempre realizado no Entroncamento, acho que é um marco na história do Entroncamento e merecia a sua referência, não só porque é o maior, mas porque é o maior Orçamento de investimento. -----

Dois terços deste Orçamento são de investimento, como muito bem disseram, para irmos atrás dos fundos comunitários, porque ao contrário do passado, não queremos ver passar o comboio mais uma vez. -----

Este Orçamento assenta principalmente em três vectores. -----

A consolidação da estratégia de regeneração urbana delineada para o concelho. ---

A renovação do parque escolar da cidade que ao contrário do que disseram, não é uma opção de fora, é uma opção que tomámos. -----

A valorização do meio ambiente e dinamização do parque do Bonito, já o merecemos há muito tempo, este vai ser o nosso parque da cidade. -----

Quanto à contenção de despesas, as reduções são as possíveis, não podemos cortar em tudo, cortamos nas festas da cidade e permitam-me fazer uma pequenina provocação ao deputado António Ferreira, não podemos transformar as festas da cidade, na festa do Avante, é uma pequena provocação sem maldade. -----

Quando se diz que não temos uma nova Biblioteca, temos, está ali, já lá foram? –

A casa da juventude não fazia parte do programa do Partido Social Democrata quando se candidatou agora. -----

A rede multi-serviços, pensava que não tinha de lhe explicar isto, as pessoas às vezes ou não vêm ou não querem ver, se fosse só a redução e a ligação de todos os espaços municipais, escolas inclusive, já valia a pena. Por alguma razão se discute agora, inclusivamente na PT a criação de redes multi-serviços abertas dos municípios. –

Os vários jardins espalhados pela cidade, infelizmente a legislação está sempre a mudar, os nossos parques estavam adequados à lei anterior e neste momento não estão, agora vamos fazer outro investimento nos parques, passados seis meses não estão outra vez legais. -----

A recuperação do Cine-Teatro São João está a decorrer junto do Ministério da Cultura, o projecto está a decorrer felizmente e bem. -----

O PDM também está a decorrer, infelizmente aquela pressa inicial que houve por parte do governo antes das eleições, em que os PDM tinham que estar aprovados, andámos a fazer reuniões à pressa, mas de repente isso também esfolou-se. O elenco camarário ainda não se esqueceu do PDM e terão notícias brevemente. -----

A Gala do Carril Dourado, se verificou que o ano passado ficaram por pagar cerca de oito mil euros, somar aos vinte e seis mil do ano passado, dava trinta e quatro mil euros, só lá estão trinta mil euros. -----

Sobre a discriminação das rubricas do POCAL, é mesmo do POCAL não há hipóteses, hoje fui-me informar sobre isso e foi-me dito isso, é mesmo do POCAL não se pode discriminar ao cêntimo, as coisas são assim, eu também percebo. -----

Renovar certos equipamentos para promover a eficiência energética, concordo em absoluto, mas para isso temos que fazer investimento, temos que gastar dinheiro, gostava de ter os camiões do lixo eléctricos, mas custa muito dinheiro.” -----

Pedi a palavra **Luis Grácio**: “ O Senhor deputado Rui Gonçalves há-de esclarecer-me uma questão que eu fiquei um pouco na dúvida sobre os custos do Carril Dourado de dois mil e dez ou dois mil e nove. -----

Se eu percebi, e corrija-me se de facto fiquei induzido em erro pelas suas palavras, ter-se-ia gasto mais na última festa ou na anterior do que estava orçamentado. A apreciação que fizemos, não foi sobre o que foi pago, foi sobre o que estava orçamentado. E sobre o que estava orçamentado, há mais gasto! É bom que fiquemos claros. -----

Em relação à questão da rede multi-serviços, de facto acho curiosa a sua afirmação que é a primeira rede multi-serviços aberta, a rede multi-serviços já existe no

distrito de Santarém há bastante tempo, nomeadamente a da Lezíria que foi desenvolvida para integrar todos os edifícios das Câmaras da Lezíria e que concorreu a fundos comunitários. -----

O vereador do Bloco de Esquerda, na Câmara, não votou favoravelmente a rede multi-serviços, pelo contrário, criticou-a, e a questão que está aqui colocada é, saber qual é a viabilidade de uma rede multi-serviços aberta. Quando as operadoras, todas elas, têm interesse em desenvolver os seus próprios serviços, provavelmente estaremos a apostar no cavalo que não tem pernas para andar. -----

Do ponto de vista da interligação dos edifícios concelhios, não ponho nada em causa, o que nós colocamos em causa, é a perspectiva da rede aberta e da sua viabilidade económica. Quem vai gerir a rede? Quem vai pôr a rede a funcionar, quando tiver avarias? A rede multi-serviços vai ser adjudicada a alguém ou vendida?” -----

Prosseguiu **Ferreira Marques**: “ Para que conste, aquele nicho a que chamam de Biblioteca, não é o perfil de uma Biblioteca moderna, dinâmica e não estática, não é atraente, não tem as valências modernas, por isso é que as pessoas não vão lá, aquilo está às moscas e portanto, aquilo envergonha-nos a nós chamar Biblioteca àquilo.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Não podia deixar passar esta questão em claro, se calhar não fui perceptível. -----

Entendemos na área da cultura duas questões que são fundamentais, uma é a contemplação da criação, a outra da educação cultural, sem educação cultural não há procura de cultura. -----

No desporto temos um bocadinho disto no Entroncamento e se calhar formamos muitos jovens aqui à volta e portanto, é agarrar nesse exemplo que temos no desporto e aplicá-lo também à cultura. -----

Para finalizar recordei mais uma vez, que fazemos mesmo questão em que os pontos sejam votados em separado. “ -----

Rui Gonçalves referiu: “ Senhor Deputado, sugiro-lhe que vá ver a taxa de ocupação da Biblioteca considerada modelo em Torres Novas.” -----

Referiu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Vamos colocar este ponto da ordem dos trabalhos em dois pontos, isto é, Orçamento para 2011 e Opções do Plano o primeiro e depois Mapas de Pessoal e Opção Gestonária. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

ORÇAMENTO PARA 2011 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2011-2014. -----

O Orçamento para 2011 e Grandes Opções do Plano para 2011-2014, foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Os Mapas de Pessoal e Opção Gestonária para 2011, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco abstenções do Partido Socialista. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES. -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “ Nós vamos votar este documento favoravelmente, no entanto queríamos deixar aqui duas notas para uma futura revisão do documento. -----

Tem a ver com o ponto sete do artigo sexto, porque nos parece que uma ementa pode ser alterada e essa alteração deve ser dada conhecimento aos respectivos coordenadores do estabelecimento, que é o que prevê o regulamento, nós achamos que este conhecimento devia ser do conhecimento prévio, ou seja, não faz sentido estar a alterar ementas e depois estar a dar à posterior conhecimento dessas alterações e portanto deixamos aqui uma sugestão para uma próxima revisão do documento. -----

Como não percebemos muito bem, fica aqui a nota: Qual é que é a diferença entre “é proibido e é expressamente proibido”, ou seja, nos pontos oito e nove, o primeiro ponto diz que é proibido o consumo de bebidas alcoólicas, no ponto a seguir diz que é expressamente proibido o fornecimento de refeições por qualquer elemento estranho às empresas fornecedoras das refeições. “ -----

Prosseguiu **Carlos Amaro**: “ Em relação ao artigo oitavo e em relação à aquisição das senhas por formato electrónico, que gostaríamos de ser esclarecidos. -----

Se efectivamente esta aquisição apenas pode ser feita no multibanco através da internet e no edifício da Câmara Municipal, isto é para se manter assim, se é para se estender aos estabelecimentos de ensino, ou se efectivamente vai ficar somente esta possibilidade, através de cartão multibanco ou internet, ou no edifício da Câmara Municipal no horário que está aqui estabelecido.” -----

Respondeu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ A informação que tenho, é que as senhoras coordenadoras dos estabelecimentos escolares, também farão essa ligação e portanto disponibilizaram-se para tratarem desse assunto para os pais ou alunos que não possam fazê-lo dentro dos moldes que estão no regulamento.” -----

Ferreira Marques perguntou se existia algum nutricionista para elaboração de ementas, alimentos, etc. -----

A **Presidente da Assembleia** esclareceu:” Por um lado há uma empresa que é responsável por isso e também há o acompanhamento dos serviços de saúde quando necessário sobre estas matérias. “ -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três, **Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares**, foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO. -----

Interveio **António Ferreira**: “ A taxa de transferência de capital para a Câmara Municipal, a taxa de execução foi de trinta e três vírgula catorze por cento, com uma dotação baixa comparada com aquilo que está este ano, para o ano que vem. -----

Referiram-se ainda agora à elevada componente de investimentos, eu quando disse que era mais olhos que barriga, espero que me engane em relação a isso, mas de facto, para aquilo que está a ser executado até este mês a taxa de execução é extremamente baixa para valores ainda mais baixos daquilo que está previsto para o ano. -----

Chamo à atenção para o recorde em termos de receitas de IMI e Contribuição Autárquica, a Contribuição Autárquica aqui são resíduos de dívidas do passado. -----

Em termos do IMI há um aumento de seis vírgula trinta e cinco por cento, e até ao final do ano deve subir mais um pouco. -----

Portanto, quem está a suportar muito isto são os contribuintes com a sua casa, muitas vezes injustamente porque ainda não foi avaliada correctamente. -----

A diferença entre os impostos directos, não param de aumentar e as transferências correntes, hoje em dia, a Câmara Municipal tem mais fontes de receitas dos impostos directos do que tem das transferências do governo central, com as diversas medidas que foram implementadas contra as Autarquias. -----

A dívida melhorou porque havia compromissos por parte da entrega de alguns fundo comunitários, que estavam atrasados, no entanto, chamo à atenção, para estes quase quatro milhões de euros que nós estamos a dever a terceiros. -----

Em relação às escolas do primeiro ciclo e jardim de infância, vem uma informação da aplicação informática para gestão de pagamentos electrónicos, através de multibanco, a pergunta que eu coloco é essa aplicação é homologada pelo Ministério da Educação? Foi contratada alguma empresa?" -----

Segue-se a resposta do Senhor **Presidente da Câmara**: “ Sobre a dependência dos mercados bancários, acho que não tem nada a ver uma coisa com a outra, com fundos que nós amealhámos dentro do possível verbas de um terreno que eu próprio assumi, que era para esses fundos, à medida que o dinheiro tem vindo, tem sido novamente posto de lado, para que e se o governo cumprir o que tem assumido com as comunidades urbanas e com os municípios para termos dinheiro da nossa parte. -----

Sobre o investimento e a frase que referiu “ *mais olhos que barriga* ”, quero-lhe dizer, que não quero é que digam que eu não tinha olhos nem barriga, se houver fundos, seja em sítio for, nós vamos buscá-los. -----

Os espaços verdes nos bairros, não há hipótese neste momento de haver nenhuma candidatura, não estão esquecidos, mas só iremos executar se houver hipótese de alguma candidatura. -----

Em relação ao PDM, quero dizer que há um ano e meio fiquei muito contente quando a Delegação de Santarém da CCDR veio ao Entroncamento dizer que íamos partir para o PDM, era uma forte aposta do Governo, eu disse-o aqui. Antes das eleições fizemos aqui uma reunião de acompanhamento e ainda não veio a acta feita pela CCDR.

Disse que a verba para o Cine-Teatro é muito pequena, quando houve aquele vendaval que deslocou o telhado, havia uma candidatura de um milhão e cinquenta mil euros, não nos foi autorizado colocar o telhado e depois fazer a outra parte. -----

Nós temos quinze milhões de euros em candidaturas do QREN e não sai de lá nenhuma. -----

Sobre os passes sociais e para terem uma noção, cinquenta por cento das verbas que angariamos dos TURE e pagamos outros cinquenta por cento da Câmara. -----

A Casa da Juventude não é opção desta Câmara, achamos que há outras opções no Entroncamento. -----

Concentrar no Bonito os espaços verdes, se é problema para alguns, para nós não, é uma aposta termos um parque de cidade. -----

Sobre a Feira Ferroviária, é de facto uma candidatura comunitária, foi uma aposta que nós fizemos dentro da regeneração urbana para uma feira no Entroncamento. -----

A rede multi-serviços é uma matéria que não domino mas procuro andar atento, o QREN paga oitenta por cento, o Entroncamento para ter aquela rede paga só vinte por cento, parece que não foi um mau negócio, ligar os serviços municipais todos, os Hospitais, as Escolas, com a fibra óptica por vinte por cento. -----

Em relação à Biblioteca não ter dinâmica, tem sido feito com as escolas do concelho na Biblioteca, é só ver na agenda cultural. -----

O Senhor Deputado não pode dizer isto, isto é mesmo grave e o senhor conhece o que é feito na Biblioteca. -----

Um Bom Natal para todos, um próspero ano e que de facto para o ano o Entroncamento viva dias ainda melhores.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Antes de concluirmos quero obviamente desejar a todos os Senhores Deputados e famílias, munícipes, um Bom Natal e que o próximo ano, seja um ano com saúde e trabalho e que o nosso País não viva pior.” -----

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e trinta e cinco minutos. -----

A presente acta, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: